



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

INGRYDY BORGES DOS SANTOS

**AMAMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO BRASIL: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

BRASÍLIA, 2017

INGRYDY BORGES DOS SANTOS

**AMAMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO BRASIL: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Monografia submetida ao Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mônica Chiodi Toscano de Campos

BRASÍLIA, 2017

INGRYDY BORGES DOS SANTOS

**AMAMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO BRASIL: UMA
REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem pelo Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade de Brasília.

Aprovado em: ____/____/2017

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Chiodi Toscano de Campos
Instituição: Universidade de Brasília (UnB)
Presidente da banca - Orientadora

Profa. Dra. Daniella Soares dos Santos
Instituição: Universidade de Brasília (UnB)
Membro Efetivo

Profa. Dra. Rejane Antonello Griboski
Instituição: Universidade de Brasília (UnB)
Membro Efetivo

AGRADECIMENTOS

A minha família, por acreditarem e investirem em mim. Mãe, seu cuidado e dedicação foi o que me deu a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

Ao meu namorado André Kazuo, ao qual caminhando junto a mim, me ajudou em todos os momentos me dando força e tranquilidade.

As minhas amigas Bruna Ingrid e Ianca Carolina, ao qual compartilhei meus momentos de alegria e de tristeza, tornando a graduação mais leve.

A professora Mônica Chioddi, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

SANTOS, Ingridy Borges dos. **Amamentação da população carcerária do Brasil: uma revisão integrativa da literatura.** Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Enfermagem) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde. Campus Darcy Ribeiro, Brasília, dezembro, 2017.

Resumo

Objetivo: O estudo visou avaliar as condições de amamentação vivenciadas pelas mulheres em situação de privação de liberdade e seus filhos. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa com abordagem bibliométrica, que permite a síntese de métodos e resultados acerca de determinado tema, proporcionando um maior aprofundamento. Foram selecionados 13 artigos durante o mês de outubro de 2017, que abordavam sobre a realidade da amamentação no cárcere. **Considerações finais:** A amamentação no cárcere é uma abordagem complexa, visto que envolve vários contextos simultaneamente, como a saúde, poderes administrativos, governos, políticas e legislações, que permeiam esse cenário. Foi identificada a escassez de produções científicas de autoria da enfermagem que envolva o ato do aleitamento materno e suas circunstâncias no ambiente carcerário.

Palavras-chave: Aleitamento Materno. Prisões. Maternidade.

Abstract

Objective: The study aimed to evaluate the conditions of breastfeeding experienced by women in situations of privation of liberty and their children. **Method:** This is an integrative review with a bibliometric approach, which allows the synthesis of methods and results about theme determined, providing a deeper understanding. 13 articles were selected during the month of October 2017, which dealt with the reality of breastfeeding in prison. **Final considerations:** Breastfeeding in the prison is a complex approach, since it involves several contexts simultaneously, such as health, administrative powers, governments, policies and legislation that permeate this scenario. It was identified the scarcity of scientific production of nursing that involves the act of breastfeeding and its circumstances in the prison.

Key words: Breastfeeding. Prisons. Maternity.

Resumen

Objetivo: El estudio tuvo como objetivo evaluar las condiciones de lactancia materna que viven las mujeres en situación de privación de libertad y sus hijos. **Método:** Se trata de una revisión integradora con el enfoque bibliométrico, que permite la síntesis de los métodos y resultados acerca de un tema específico, permitiendo una mayor profundización. Se seleccionaron 13 artículos durante el mes de octubre de 2017, que abordaban sobre la realidad de la lactancia en la cárcel. **Consideraciones finales:** La lactancia en la cárcel es un abordaje complejo, ya que involucra varios contextos simultáneamente, como la salud, poderes administrativos, gobiernos, políticas y legislaciones que permean este escenario. Se concluye que hay escasez de producciones científicas de autoría de la enfermería que involucra el acto de la lactancia materna y sus circunstancias en el ambiente prisional.

Palabras clave: Lactancia materna. Prisiones. Maternidad.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Realização da busca de artigos nas bases de dados - 2017

Quadro 2 - Identificação dos artigos, dados de publicação e resultados encontrados - 2017

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDENF - Base de Dados da Enfermagem

BVS - Biblioteca Virtual em Saúde

CNCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

DeCS - Descritores em Ciências da Saúde

INFOPEN - Levantamento nacional de informações

IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis

LEP - Lei do Exercício Penal

LILACS - Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde

MEDLINE - Medical Literatura Analysis and Retrieval System Online
SciELO - Scientific Electronic Library Online

PNAMPE - Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de
Liberdade e Egressas do Sistema Prisional

PNSS - Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 MÉTODO | 10 |
| 3 RESULTADOS | 11 |
| 4 DISCUSSÃO | 15 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 18 |
| 6 REFERÊNCIAS | 19 |

1 INTRODUÇÃO

A população carcerária total no Brasil em 2014 era de 5.797.811 pessoas e desse total, 37.380 eram mulheres, sendo que no ano de 2000 esse número era apenas de 5.601 mulheres em situação de cárcere, ocorrendo um aumento significativo de 567,4%. No geral, essas mulheres têm entre 18 e 29 anos, 67% delas são negras, 57% solteiras, 50% têm o ensino fundamental incompleto e 68% foram presas por envolvimento com o tráfico de drogas (INFOPEN, 2014).

A mulher privada de sua liberdade tem suas especificidades e particularidades, sendo indispensáveis direitos reservados a elas, estratégias e ações de prevenção e promoção de saúde (SANTOS et al, 2017). A própria Constituição Federal de 1988, em seus Art. 5º, incisos XLVIII e XLIX, asseguram aos presos integridade física e moral, além de cumprir a pena em estabelecimentos de acordo com idade, delito e sexo. E de forma específica assegura à presidiária, no inciso L, o direito e condições necessárias para permanecer com seu filho durante a amamentação.

Através dos anos foram criadas leis e políticas a fim de assegurarem os direitos a população feminina privada de sua liberdade. A Lei do Exercício Penal (LEP) de 1984 foi a primeira delas, onde abordava os direitos dessa população, incluindo o direito a saúde com atendimento médico, odontológico e farmacêutico. Garantindo ainda o atendimento em outro local quando o estabelecimento prisional não tiver condições para isso, necessitando apenas da autorização dos serviços (BRASIL, 1984). Essa lei sancionada não teve muito impacto na prática, sua aplicação foi falha. Tratar desse assunto nesse período ainda era interesse da segurança e não da saúde.

A Portaria interministerial 1.777/2003 trouxe a legitimação de acesso a esses direitos, salientando a necessidade de definição e implementação de serviços e ações para a população privada de liberdade, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), objetivando uma atenção integral a saúde. Conhecida como Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSS), essa portaria ampliou as ações de saúde no sistema prisional (BRASIL, 2005). Mas, ainda assim levava em consideração agravos gerais da população penitenciária como IST's, tuberculose, diabetes, hipertensão e hepatites. A atenção às peculiaridades da saúde da mulher no sistema prisional se resumia ao controle do câncer de mama e cérvico-uterino, e realização de pré-natal.

E em 2009, a nova redação da LEP acrescenta alguns artigos assegurando condições mínimas ao binômio mãe-bebe. No Art. 14º, § 3º afirma que a mãe dispõe de acompanhamento

médico principalmente no pré-natal e pós-parto se estendendo ao recém-nascido. O Art. 83º e 89º, as penitenciárias devem ter seções para gestantes e parturientes, berçário e creche onde possam cuidar e também amamentar seus filhos, com permanência de mínimo 6 meses e menores de 7 anos, com o objetivo de amparar a criança cuja responsável está presa (BRASIL, 2009). Na Resolução nº 03 de 1 de junho de 2012, do CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária), recomenda a não utilização de algemas durante condução ou permanência em unidades hospitalares das mulheres em situação de parto e pós parto. (BRASIL, 2012) No intuito de garantir a essas mulheres e seus recém-nascidos/crianças humanidade, através do respeito ao seu espaço pessoal e vínculo materno infantil, em diversas situações, incluindo o processo de atendimento hospitalar.

Em 2014 surge a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), instituída através de outra Portaria Interministerial, nº 210/2014, aumentou a visibilidade em relação à população prisional feminina, incluindo ações de prevenção sobre violência contra a mulher, adaptação das unidades prisionais para o público feminino, além de normas e procedimentos adequados para as diferentes individualidades como escolaridade, maternidade, religiosidade, entre outros assuntos importantes (BRASIL, 2014a).

A normatização por meio da Portaria nº 482/2014 determinou os serviços de saúde penitenciários em três formatos, definindo-os conforme o número de pessoas nas unidades prisionais, sendo: Tipo I, com até 100 pessoas; Tipo II, de 101 a 500 pessoas; Tipo III, de 501 a 1200 pessoas. Garantindo uma equipe de atenção básica multidisciplinar a todas as unidades, composta por no mínimo um enfermeiro, um técnico de enfermagem, um cirurgião dentista, um técnico de higiene bucal e um médico. Podendo ser acrescida nos Tipos I e II com saúde mental e III de: nutricionista, psiquiatra, assistente social, psicólogo, farmacêutico, terapeuta ocupacional e fisioterapeuta. Atendendo não só o indivíduo em regime fechado, mas em semiaberto, aberto, em medida de segurança, além dos servidores e os familiares da população privada de liberdade. (BRASIL, 2014b)

Apesar de constituir-se legalmente bem estruturado, os direitos à saúde e humanização das mulheres privadas de sua liberdade não são praticados, devido a diversos fatores incluindo a precariedade dos sistemas de saúde, prisional e político. Assim, este estudo tem como objetivo reunir o conhecimento produzido, colaborar e atualizar a temática.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de revisão integrativa com abordagem bibliométrica. A técnica permite sintetizar métodos e resultados de múltiplos estudos publicados acerca de determinado tema de modo sistemático e apontar lacunas do conhecimento que necessitam ser preenchidas, colaborando para um maior aprofundamento do fenômeno investigado. A pergunta norteadora da busca foi “Quais as condições do aleitamento materno para as mulheres em situação de cárcere no Brasil?”.

Foram investigados artigos científicos do período de 2006 a 2017. A revisão foi composta das seguintes etapas: realização da busca de artigos nas bases de dados; definição de critérios de inclusão e exclusão; coleta das informações a serem extraídas dos artigos selecionados; análise e interpretação das pesquisas selecionadas. As bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Base de Dados de Enfermagem (BDENF); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE); Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Os descritores utilizados foram gerados a partir da lista de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo eles: Aleitamento Materno, Prisões, Maternidade, Saúde da Mulher, Gestantes, Gravidez, Mulheres. As estratégias de busca foram: Maternidade AND Prisão; Amamentação AND Prisão; Gravidez AND Prisão; Gestantes AND prisão; Saúde da Mulher AND Prisões; Mulheres AND Prisões; Gestantes AND Prisões.

Para análise foram selecionados apenas artigos que tinham como foco o aleitamento materno realizado por mulheres que se encontram em situação de cárcere no Brasil. Foram selecionados artigos na língua portuguesa, inglesa ou espanhola e seus textos completos deveriam ser de acesso livre, no período de 2006 a 2017. O levantamento dos artigos se deu em outubro de 2017.

Para a caracterização dos artigos foi elaborada uma ficha com as seguintes informações: identificação do artigo (título do artigo, ano de publicação, autores, local do estudo, delineamento e resultados encontrados). Para verificar as características do artigo seguiu-se um roteiro de projeto de pesquisa, classificando-os por tipo de estudo, tipo de objetivo(s), abordagem(s), delineamento, procedimento de coleta e fonte de dados, bem como os principais resultados, as relações com outros construtos e as recomendações (NIETSCHE, 2002).

3 RESULTADOS

As estratégias de busca desse presente estudo obtiveram 2.269 artigos, dos quais 1.109 se encontravam na base de dados BVS; 45 na BDENF; 171 no LILACS; 852 na MEDLINE; e 92 na SCIELO. Após leitura do título, resumo e estudo na íntegra, somente 131 respondiam a questão norteadora e aos critérios de inclusão supracitados, sendo que 118 deles estavam duplicados. Resultando assim um total de 13 documentos. (Tabela 1)

Quadro 1 - Realização da busca de artigos nas bases de dados - 2017

| Fonte de dados | Procedimento de coleta (Estratégia de busca) | Documentos identificados | Documentos selecionados |
|----------------|---|--------------------------|-------------------------|
| BVS | <i>“Maternidade AND prisão”; “Aleitamento Materno AND Prisão”; “Amamentação AND Prisão”; “Gravidez AND Prisão”; “Gestantes AND Prisão”; “Saúde da Mulher AND Prisões”; “Mulheres AND Prisões”; “Gestantes AND Prisões”.</i> | 1109 | 30 |
| BDENF | <i>“Maternidade AND prisão”; “Aleitamento Materno AND Prisão”; “Amamentação AND Prisão”; “Gravidez AND Prisão”; “Gestantes AND Prisão”; “Saúde da Mulher AND Prisões”; “Mulheres AND Prisões”; “Gestantes AND Prisões”.</i> | 45 | 11 |
| LILACS | <i>“Maternidade AND prisão”; “Aleitamento Materno AND Prisão”; “Amamentação AND Prisão”; “Gravidez AND Prisão”; “Gestantes AND Prisão”; “Saúde da Mulher AND Prisões”; “Mulheres AND Prisões”; “Gestantes AND Prisões”.</i> | 171 | 27 |

| | | | |
|------------------------|---|------|----|
| MEDLINE | <i>“Maternidade AND prisão”; “Aleitamento Materno AND Prisão”; “Amamentação AND Prisão”; “Gravidez AND Prisão”; “Gestantes AND Prisão”; “Saúde da Mulher AND Prisões”; “Mulheres AND Prisões”; “Gestantes AND Prisões”.</i> | 852 | 1 |
| SCIELO | <i>“Maternidade AND prisão”; “Aleitamento Materno AND Prisão”; “Amamentação AND Prisão”; “Gravidez AND Prisão”; “Gestantes AND Prisão”; “Saúde da Mulher AND Prisões”; “Mulheres AND Prisões”; “Gestantes AND Prisões”.</i> | 92 | 15 |
| Total (sem repetições) | | 2269 | 13 |

Fonte: Autora

Quadro 2 - Identificação dos artigos, dados de publicação e resultados encontrados - 2017

| Título do artigo | Ano de publicação | Autores | Local do estudo | Delineamento do Estudo | Resultados encontrados |
|---|-------------------|--|--|------------------------|---|
| Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação Brasileira. | 2015 | VENTURA, M.; SIMAS, L.; LAROUZÉ, B. | Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraná, São Paulo. | Descritivo | Há garantia legal constitucional do direito à amamentação, mas encontra-se ausência de outros aspectos relativos à maternidade em situação de cárcere. Resultando numa dupla penalização às mulheres estendendo-se aos seus filhos. |
| Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe e filho | 2016 | MATÃO, M. E. L.; MIRANDA, D. B.; MALAQUIAS, A.; SOUZA, E. L. | Goiânia | Descritivo | Falta de infraestrutura, o vínculo entre ambos, os benefícios e malefícios da permanência ou separação do binômio, a precariedade da assistência à saúde e cuidados gerais. |

| | | | | | |
|---|------|---|------------------------------------|---------------------------|---|
| Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos | 2016 | SOARES, I. R.; CENCI, C. M. B.; OLIVEIRA, L. R. F. | Rio Grande do Sul | Exploratório e descritivo | Percepção da maternidade e necessidade de cuidar dos filhos como motivação para cumprir suas penas e superarem os limites impostos pela instituição prisional. |
| Maternidade em situação de prisão | 2015 | FRANÇA, A. M. B.; SILVA, J. M. O. | - | Revisão | Encarceramento já promove danos emocionais e ansiedades gerando sofrimento, somados à situação de incerteza do futuro e separação dos filhos causa comprometimento da manutenção saudável do binômio. |
| Maternidade atrás das grades | 2011 | SILVA, E. F.; LUZ, A. M. H.; CECCHETTO, F. H. | Rio Grande do Sul | Exploratório e descritivo | Descoberta da maternidade em situação de prisão. Preocupação das mães com as condições precárias em relação a saúde dos filhos. |
| De algozes a vítimas: dos direitos cegos e nulos à mulher gestante em situação de cárcere | 2015 | CALHIARI, E. A.; SANTOS, L. R. S.; BRUNINI, B. C. C. B. | - | Revisão | Insuficiência de profissionais adequados, falta de infraestrutura. O empoderamento das mulheres em relação aos seus direitos. |
| Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais | 2016 | LOPES, T. C.; PINHEIRO, R. | Minas gerais | Exploratório-Longitudinal | Relações de vínculo e acolhimento dessas mulheres pelos gestores e agentes. Perda dos direitos civis, mas garantia do direito a saúde. Resoluções que possam garantir o direito e a integralidade do cuidado. |
| Gestação e puerpério no cárcere: estudo descritivo da atenção à saúde | 2014 | PÍCOLI, R. P.; SANTOS, J. P. S.; ARAZAWA, C. Y.; MEDEIROS, I. C. P.; LEITE, M. F.; FURTADO, N.; FREITAS, P. H. G. V.; REIS, E. | Campo grande - Mato Grosso do Sul. | Descritivo | A assistência pré-natal e puerperal dos presídios se mostra inadequada. Falta da educação em saúde sobre amamentação, cuidados com o recém-nascido e planejamento familiar. |

| | | | | | |
|--|-------|--|---|---------------------------|---|
| Nascimento atrás das grades: uma prática de cuidado direcionada a gestantes, puérperas e recém-nascidos em privação de liberdade. | 2006 | ROSINSKI, T. C.; CORDEIRO, C. G.; SANTOS, E. K. A.; MONTICELLI, M. | Santa Catarina | Descritivo | Compreensão das relações de cuidado e autocuidado adotado por mulheres em situação de cárcere. |
| Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade | 2016. | DIUANA, V.; VENTURA, M.; SIMAS, L.; LAROUZÉ, B.; CORREA, M. | 4 estados não especificados | Descritivo | Violações dos direitos sustentados em discursos ofensivos e agressivos que deslegitimam a maternidade das mulheres em situação de cárcere. |
| Vivência da maternidade para presidiárias | 2015 | OLIVEIRA, L. V.; MIRANDA, F. A. N.; COSTA, G. M. C. | Paraíba | Exploratório e descritivo | A vivência da maternidade permeada por sofrimento e limitações. Maternidade como consolo em meio a angústia e solidão. |
| Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade | 2017 | DIUANA, V.; CORRÊA, M.C.D.V.; VENTURA M. | 4 estados não especificados | Descritivo | Tensões e formas peculiares de viver a maternidade no cárcere, gerada pela vigilância constante, regulamentações penais, restrições do poder de mãe e separação compulsória. |
| A jurisprudência brasileira acerca da maternidade | 2015 | SIMAS, L.; VENTURA, M.; BAPTISTA, M. R.; LAROUZÉ, B. | Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso | Correlacional | Invisibilidade da maternidade e suas peculiaridades na instância judicial. Os direitos indisponíveis da criança à amamentação, à saúde e à convivência com a mãe, respaldados pelo discurso da garantia da ordem e segurança pública. |

Fonte: Autora

As características dentre os 13 estudos são, 2 do tipo teórico e 10 empíricos, sendo os 2 teóricos de revisão, 6 descritivos, 3 exploratório-descritivo, 1 exploratório-longitudinal e ainda 1 correlacional. No todo, 11 qualitativos e 2 quantitativo-qualitativo. Com o objetivo geral de avaliar as conexões entre saúde, direitos, legislações e políticas referentes à amamentação em situação de cárcere.

4 DISCUSSÃO

Hoje o sistema prisional é regido por diferentes tipos normativos nas esferas federais e estaduais, além de decretos e regimentos internos, definindo e disciplinando os ambientes e as relações dentro desses sistemas, incluindo o aleitamento materno e a permanência do binômio mãe-filho no cárcere. A mulher é dependente de leis em todos os âmbitos e de decisões judiciais, para permanecer ou não com o filho na instituição, variando de acordo com cada situação, localidade e instituição. Esses atrasos e empecilhos comprometem a relação do binômio e, concomitantemente, a saúde da mulher e da criança.

No Brasil, 80% das mulheres em situação de cárcere, são mães. E vivem a realidade do abandono e a conseqüente fragilização das relações familiares, incluindo claro, a relação com seus filhos. Os estudos apontam que a maioria das pessoas, entre elas, familiares e funcionários, se contrapõem ao fato de as crianças permanecerem ou irem aos presídios. Já o desejo das mães é permanecerem junto aos filhos, e defendem que essa permanência com o filho supre qualquer outra falha. Mas, ainda assim, a maior parte, acredita que o melhor lugar para seus filhos é fora daquele espaço, e concluem que fora do cárcere seus filhos tem melhor assistência junto a família, assistência à saúde, lazer e infraestrutura. Por outro lado, quando são destituídas do direito de permanecerem com seus filhos, essas mulheres vivenciam sentimentos de perda, culpa, solidão, medo e impotência. Fazendo da maternidade um momento contraditório e confuso. (SOARES, CENCI, OLIVEIRA, 2016; MATÃO, et al., 2016; DIUANA, et al., 2016; OLIVEIRA, MIRANDA, COSTA, 2015).

O vínculo entre mãe e bebê nos primeiros anos de vida se mostra de extrema importância. Estudos afirmam que há o desenvolvimento emocional e psicológico da criança e que o papel da mãe juntamente com a amamentação traz segurança, orienta e expõe limites do eu e do outro ao bebê. O ambiente também tem influência na construção desse vínculo, necessitando ser acolhedor, calmo e seguro. Esse vínculo gera benefícios também para a mãe, que relata não se sentir mais tão sozinha, suavizando a permanência no cárcere, gerando força e desejo de transformar sua vida e permanecer com seu filho após o cumprimento da pena (SOARES, CENCI, OLIVEIRA, 2016; MATÃO, 2016; DIUANA, et al., 2016).

A amamentação e seus benefícios de troca de afeto, aumento da imunidade e fortalecimento da saúde mãe-bebê, esta também, rodeada de tensões que se mostram timidamente, como a iminência da separação e as constantes ameaças que atuam como punição, modelação de

comportamentos e controle sobre essas mães. Essa mesma iminência gera diferentes atitudes das mães em relação à amamentação, umas evitam e/ou não se empenham à inserção de alimentos na dieta do bebê, afim de que eles continuem na amamentação exclusiva, assegurando o tempo limite até a separação do binômio, outras, realizam o desmame precoce pelo medo da separação abrupta, com o objetivo de adaptar o filho a nova realidade. (DIUANA, CORRÊA, VENTURA, 2017; OLIVEIRA, MIRANDA, COSTA, 2015)

O apego entre o binômio mãe-bebê, pela vivência intensa e inseparável, intensifica o sofrimento dos dois lados quando há a separação. O filho vive a sensação de abandono por parte da mãe e tem que encontrar um novo vínculo que se sinta seguro. A mãe que não pode amamentar sofre fisicamente e mentalmente, algumas relatam sentir o momento que os filhos precisariam ser amamentados, pelo fato do seio expelir leite, também deram sinais de depressão após a separação ou nas diversas separações ao final de cada visita. (SOARES, CENCI, OLIVEIRA, 2016; CALHARI, SANTOS, BRUNINI, 2015; DIUANA, CORRÊA, VENTURA, 2017; OLIVEIRA, MIRANDA, COSTA, 2015)

A falta de medidas institucionais de proteção aos direitos das crianças que vivem com suas mães em situação de cárcere é preocupante, pois cria uma invisibilidade para essa população infantil, gerando um ciclo de violação de direitos e uma “extensão da pena” das mães para os filhos, uma vez que os filhos compartilham dos mesmos dramas vivenciados pelas mães. (VENTURA, SIMAS, LAROUZE, 2015; MATÃO, 2016)

O ambiente deve ser propício no momento da amamentação, para que seja proveitoso para a mãe e o bebê, vemos que as instituições deixam a desejar. Muitos dos estudos afirmam que as mães e os filhos vivem em ambientes insalubres e impróprios, sujeitos à estruturas com pouca ventilação, iluminação e espaços pequenos e limitados, mantendo a ideia de punição, privação e vigilância que se destinam à mãe e que acabam por refletir na criança. Nos estudos foram identificadas diversas estruturas institucionais: em algumas instituições prisionais há espaços definidos como “creche pré-escolar”, independentes e anexas a instituição, com refeitórios, salões e brinquedos, permitindo a permanência de crianças até os 6 anos. Em outras, temos locais internos e externos para cuidados maternos, pré-natais e permanência de nascituro e lactante, há ainda, outras instituições que apenas destinam uma cela, a qual nomeiam de berçário. (CALHARI, SANTOS, BRUNINI, 2015; MATÃO, 2016; VENTURA, SIMAS, LAROUZE, 2015; OLIVEIRA, MIRANDA, COSTA, 2015).

Ventura, Simas, Larouze (2015) falam sobre a saúde, sendo cada vez mais, o resultado de decisões políticas que se impõe aos determinantes sociais que delineiam o acesso à saúde, alimentação, ambiente adequado, educação, entre outros. O que é notório no sistema penitenciário, onde em sua maioria é precária a atenção à saúde, comprometendo mulheres e crianças. Os relatos são da existência de déficits. Nem todas as consultas são realizadas nas dependências carcerárias, tanto pela escassez de profissionais - ou a falta de especialização dos mesmos - como pela falta de materiais e alimentos adequados, acabando por recorrer aos familiares e agentes da instituição, os quais ajudam com complementos alimentares, fraldas, e outros. (MATÃO, et al., 2016; SOARES, CENCI, OLIVEIRA, 2016; CALHARI, SANTOS, BRUNINI, 2015; DIUANA, et al., 2016).

Na maioria das situações, as mulheres se encontram desamparadas pelo sistema de saúde, sem saber como conduzir uma gestação e até mesmo o aleitamento materno, quando conseguem consultas extramuros, encontram barreiras, como o descaso, a falta de agentes e escolta para acompanhá-las. Por diversas vezes são questionadas sobre a real necessidade de seus filhos e em relação aos sintomas que eles apresentam, sendo submetidos a avaliações das agentes para validar sua real necessidade. Para garantir o mínimo de saúde, algumas mães encaminham os filhos com os familiares para irem a uma consulta ou vacinar, pelo fato de muitas vezes não serem autorizadas a acompanhar seus filhos nas consultas, e quando podem, encaram o medo e o preconceito por parte dos profissionais de saúde. Dando força a ideia de que a mulher é apenas nutriz e não tem poder nas decisões sobre o filho. (MATÃO, et al., 2016; DIUANA, CORRÊA, VENTURA, 2017)

A enfermagem e a equipe multiprofissional se deparam com grandes desafios no âmbito penitenciário nacional, por não ter regulamentação clara, fluxos definidos de atenção à saúde, nem a infraestrutura necessária ou recursos para aplicar seu conhecimento com plenitude e segurança na execução do seu papel. O campo de atuação se mostra extenso, mas o medo, preconceito, descaso e a falta de incentivo cria uma distância ainda maior entre a necessidade dessa população e o dever do profissional. Estudos apontam que mesmo quando se tem a presença dos profissionais de saúde há déficits importantes nesse cuidado prestado, como a não abordagem durante as consultas, relativas ao manejo das mamas, ao aleitamento materno, orientações sobre planejamento familiar e saúde reprodutiva. O que é expresso pelas internas como assunto de interesse. (ROSINSKI, et al., 2006; VENTURA, SIMAS, LAROUZE, 2015; PÍCOLI, et al., 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão integrativa permitiu, com base nas literaturas científicas, avaliar as condições de amamentação vivenciadas pelas mulheres em situação de privação de liberdade e seus filhos. Um tema de abordagem complexa, visto que envolve vários contextos simultaneamente, como a saúde, poderes administrativos, governos, políticas e legislações.

As instituições que, em sua maioria, são ultrapassadas, superlotadas e que não levam em consideração as necessidades da mãe e da criança, dificultam a atuação da enfermagem de forma integral e por consequência, o cuidado ao binômio. A produção acadêmica da enfermagem, sobre o assunto, é escassa e pouco abordada na graduação, deixando assim um espaço que deveria ser melhor trabalhado e discutido.

Nota-se que a produção legislativa é abrangente e supre as necessidades do binômio na teoria, entretanto o que se vê na prática é, na maior parte dos casos, a falta de aplicação adequada das leis e dos direitos dessa população, em detrimento da saúde e do bem estar. Observa-se isto por diversos fatores como, os trâmites judiciais, o acúmulo de processos, a falta de verba e de infraestrutura apropriada, além do despreparo e/ou escassez de profissionais.

É claro que todos esses entraves permeiam a amamentação, a criação do vínculo e a permanência conjunta do binômio, mas deve-se salientar que essas barreiras não podem parar o fomento aos processos de resolução, começando por trazer à tona a discussão dessa realidade, que por muitas vezes é negligenciada e um tanto quanto esquecida pelos poderes, pelos profissionais de saúde e pelo público.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 07 out. 2017.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Brasília, 1984. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 07 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2005. 64 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN 85-334-0939-7. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_saude_sistema_penitenciario_2ed.pdf. Acesso em: 08 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009. Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. Brasília, 2009. Disponível em: Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/13490175/lei-n-11942-de-28-de-maio-de-2009>. Acesso em: 07 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de política criminal e penitenciária. Resolução nº 03, de 1º de junho de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Qbex/Downloads/2012 Resolu003.pdf](file:///C:/Users/Qbex/Downloads/2012%20Resolu003.pdf). Acesso em: 08 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Levantamento nacional de informações INFOPEN. Brasília (DF): Ministério da Justiça; 2014. 148p. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>

BRASIL. Ministério da Justiça. . Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Brasília, 2014a. Disponível em: http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/PPM/U_PT-INTERM-MJ-MSPM-210_160114.pdf. Acesso em: 07 out. 2017;

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 482, de 1º de abril de 2014. Brasília, 2014b. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0482_01_04_2014.html. Acesso em: 08 out. 2014.

CALHIARI, E. A.; SANTOS, L. R. S.; BRUNINI, B. C. C. B. De algozes a vítimas: dos direitos cegos e nulos à mulher gestante em situação de cárcere. **Psicol. argum**; 33(82): 393-409, jul.-set. 2015.

DIUANA, V; VENTURA, M; SIMAS, L; LAROUZÉ, B; CORREA, M. Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 7, p. 2041-2050, July 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702041&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.21632015>.

DIUANA, V; CORREA, M.C.D.V.; VENTURA, M. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. **Physis**, Rio de Janeiro , v. 27, n. 3, p. 727-747, July 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312017000300727&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000300018>.

FRANÇA, A. M. B.; SILVA, J. M. O. Maternidade em situação de prisão. **Rev. baiana enferm**; 29(4)2015.

LOPES, T. C.; PINHEIRO, R. Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1193-1212, Oct. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312016000401193&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312016000400007>.

MATÃO, M. E. L.; MIRANDA, D. B.; MALAQUIAS, A.; SOUZA, E. L. Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe e filho. **Rev. enferm. Cent.-Oeste Min**;6(2), maio-ago. 2016.

NIETSCHKE, E.A.; LEOPARDI, M.T. Roteiro de projeto de pesquisa. In: Leopardi MT, organizadora. Metodologia da pesquisa na saúde. 2ªed. Florianópolis: UFSC/PEN; 2002. p. 151-61

OLIVEIRA, L. V.; MIRANDA, F. A. N.; COSTA, G. M. C. Vivência da maternidade para presidiárias. **Rev. eletrônica enferm**; 17(2): 360-369, 20150431. 2015.

PÍCOLI, R. P.; SANTOS, J. P. S.; ARAZAWA, C. Y.; MEDEIROS, I. C. P.; LEITE, M. F.; FURTADO, N.; FREITAS, P. H. G. V.; REIS, E. Gestação e puerpério no cárcere: estudo descritivo da atenção à saúde. **Rev. baiana saúde pública**; 38(1): 67-82, jan.-mar. 2014. Disponível em: <<http://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/413/1156>>

ROSINSKI, T. C.; CORDEIRO, C. G.; MONTICELLI, M.; SANTOS, E. K. A. Nascimento atrás das grades: uma prática de cuidado direcionada a gestantes, puérperas e recém-nascidos em privação de liberdade. **Ciênc. cuid. saúde**; 5(2): 212-219, maio-ago. 2006.

SANTOS, M. V. et al. A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, e20170033, 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000200205&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Set. 2017. Epub Apr 27, 2017. <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20170033>.

SIMAS, Luciana et al. A jurisprudência brasileira acerca da maternidade na prisão. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 547-572, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322015000200547&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1808-2432201524>.

SOARES, Indiara Ribeiro; CENCI, Cláudia Mara Bosetto; OLIVEIRA, Luiz Ronaldo Freitas de. Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 27-45, jul. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 out. 2017.

VENTURA, M.; SIMAS, L.; LAROUZE, B. Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 607-619, Mar. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000300607&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00092914>.